



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SIVAM		
EVENTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA	Nº: 001010/01	DATA: 26/09/01
INÍCIO: 14:34	TÉRMINO: 16:46	DURAÇÃO: 02:12
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02:17	PÁGINAS: 52	QUARTOS: 28
REVISORES: IRMA, CLÁUDIA CASTRO, PATRÍCIA MACIEL, ANNA AUGUSTA, SILVIA		
SUPERVISÃO:		
CONCATENAÇÃO: J. CARLOS		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Brigadeiro, ex-Ministro da Aeronáutica

SUMÁRIO: Exposição do Brigadeiro Mauro José Miranda Gandra, seguida de debate com Parlamentares, sobre o Projeto SIVAM

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Como expediente, temos aqui a correspondência do Dr. Luís Felipe de Seixas Corrêa, Ministro Interino das Relações Exteriores, em resposta ao Ofício nº 11, de 2001, desta Presidência, encaminhando os autos do processo administrativo disciplinar, resultado da sindicância realizada pelo Ministério para apurar denúncias de irregularidades referentes ao Projeto SIVAM. Ordem do Dia. A presente reunião destina-se à tomada de depoimento do Brigadeiro Mauro José Miranda Gandra, ex-Ministro da Aeronáutica, a quem eu convidaria para tomar assento à Mesa. Informo ao depoente que dispõe facultativamente de um prazo regimental de 20 minutos para sua exposição inicial e após submeter-se a responder a perguntas dos membros do colegiado, iniciando pelo Sr. Relator, Deputado Confúcio Moura. Peço aos Srs. Parlamentares que queiram formular perguntas ao depoente favor se inscreverem junto à Secretaria. Concedo a palavra ao depoente. Antes de mais nada, registro a satisfação, Sr. Ministro, desta Comissão em tê-lo conosco para que, com seus esclarecimentos, possa enriquecer os membros dessa economia para avaliação do Projeto SIVAM. Muito obrigado por sua presença.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE(Deputado Gilberto Kassab) – Deputado Confúcio, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente, eu gostaria de submeter a V.Exa. e aos demais membros desta CPI um resumido relatório de uma viagem que fizemos, em número de oito parlamentares, a várias obras do Projeto SIVAM, na Amazônia, logicamente, tendo a presença de três membros desta



Comissão, Deputados João Tota, Sérgio Barros e a minha, em companhia dos Deputados Fernando Gabeira, Cunha Bueno, Francisco Rodrigues, Vicente Arruda. Então, não vou fazer a leitura, apenas registrar e deixar sob a guarda de V.Exa. esse documento. Foi um convite oficial à Câmara dos Deputados. Não foi nenhuma manifestação espontânea deste Relator. Atendendo ao convite do Ministério da Aeronáutica, fizemos uma visita muito importante às obras físicas e às instalações do Projeto SIVAM em vários Estados da Federação. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Obrigado, Deputado Confúcio. Esta Presidência determina à Secretaria que o presente relatório passe a fazer parte integrante dos documentos desta Comissão. Com a palavra o nobre Ministro Gandra.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Sr. Presidente, Sr. Deputado Gilberto Kassab; Sr. Relator, Deputado Confúcio Moura, eu tenho, nos últimos quatro, cinco anos, vindo freqüentemente à Câmara dos Deputados, porque estive num cargo que, embora não sendo público, tinha necessidade de vir aqui, que era a Presidência do Sindicato das Empresas Aeroviárias. E sempre tive prazer de vir aqui à Câmara prestar esclarecimentos e discutir com os Deputados. E hoje eu estou aqui até para talvez contar um pouco de tudo o que aconteceu. Embora nós estejamos há seis anos de um evento — praticamente seis anos, porque isso aconteceu no ano de 95 —, esse episódio do SIVAM marcou muito a Aeronáutica, marcou muito o Brigadeiro Mauro Gandra e a família. Os senhores provavelmente se lembram — eu gostaria de registrar alguns fatos da época —, eu, quando cheguei no Ministério da Aeronáutica, o Projeto SIVAM já havia sido julgado em termos do que, se não foi uma licitação formal, foi uma licitação mais do que abrangente, porque, àquela época, embora eu não tenha participado, eu era membro do alto



comando, eu me lembro que foram consultadas sessenta empresas, foram mandadas cartas para dezesseis Embaixadas. Afinal, formaram-se quatro grupos. E, embora não tenha havido aquela formalidade da licitação, houve uma pesquisa muito grande. O que até é um fato inusitado é que uma das empresas participava dos quatro conglomerados, que era a Ericsson, porque era a única que tinha capacidade de fazer o radar, que hoje já equipa os nossos aviões EWC. Então, isso é para dizer que realmente houve uma procura muito importante, depois sobraram duas empresas, a Raytheon e a Thomson. Eu, como membro do alto comando, tinha conhecimento dessas coisas, mas não tive nenhuma participação direta, porque isso era tratado pelo Ministro da Aeronáutica e pela Comissão do SIVAM. Entretanto, eu posso dizer que sempre achei muito importante esse Projeto SIVAM, porque, na verdade, o Projeto SIVAM não era nada mais, nada menos do que uma continuação do que o Ministério vinha fazendo, desde os anos 70, através dos seus DACTAs, que são os órgãos de defesa aérea e de controle de tráfego aéreo. Era o DACTA 1, que foi criado mais ou menos nos idos de... Peço desculpas porque eu estou um pouco rouco — até foi boa a água. E o DACTA 2 e depois o DACTA 3. O DACTA 2 em Curitiba e o DACTA 3 no Nordeste. Quando o Brigadeiro Sócrates chegou ao Ministério, ele era um homem que vinha da área da DEPV — Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo — e, portanto, conhecia bem o problema e teve a idéia de ampliar o que seria o DACTA 4, que seria apenas um sistema de controle de tráfego aéreo e defesa aérea. E aí incorporaram-se variadas atividades nesse sistema, inclusive com a aquisição depois de... o projeto de aquisição de aviões, não só aviões de radar, aquele radar que olha para baixo, como aqueles AWACS da Guerra do Golfo, e que nós agora até já vendemos para dois países, não só para a Grécia, mas como para o México, e os radares... e os radares, não, e os sensores também



de três aviões. Então, foi um projeto que cresceu. E, voltando ao início, quando eu cheguei no Ministério, esse projeto já estava aprovado. Ele foi aprovado, se não me engano, no dia 21 de dezembro. O Presidente Fernando Henrique era Senador ainda, Presidente eleito. E apenas o que eu fiz foi continuar o projeto como ele vinha sendo tocado, já com a escolha de uma das empresas. O que causa espécie é que, durante algum tempo, pelo menos durante, que eu me lembre, uns dois anos, as más línguas diziam que quem ia ganhar era a Thomson, porque a Thomson já tinha, naquele momento, 100% dos equipamentos não só fabricados por ela, mas outros que tinham sido licenciados e fabricados no Brasil. E a ESCA, que era a companhia que ia fazer a parte de inteligência e integração, tinha trabalhado e trabalhava ainda com a Thomson. Então, todo mundo dizia: “Não, quem vai ganhar é a Thomson. Isso é carta marcada.” Surpreendentemente, quando houve a escolha, quem ganhou foi a Raytheon, até porque eu imagino que, naquela época, o sistema de indústria militar americano, que tem um peso muito forte na área de eletrônica, porque a guerra moderna está hoje toda... quer dizer, a guerra moderna hoje já não está mais nem ligada nos meios militares, ela está já ligada em meios que a gente nem imaginava, como nós vimos recentemente. Mas, de qualquer maneira, eu imagino que, como a planta industrial americana de eletrônica estava sem encomendas, houve uma força muito grande dos Estados Unidos, tanto que houve o empréstimo do Eximbank, que era irrecusável. Essa foi uma das razões pelas quais a Raytheon foi escolhida, até porque ela também, uma parte que o Eximbank não financiaria, ela se comprometeu a financiar — e era da ordem de mais de 200 milhões de dólares — , enquanto que o francês queria que o Brasil comprasse títulos, e que esses títulos depois, se tivessem queda, o francês honraria. Eu acho que foi uma sorte porque, de qualquer maneira, se nós tivéssemos saído para a linha dos títulos, logo depois veio



a síndrome mexicana, da queda das bolsas mexicanas, que levou a todo aquele efeito tequila no mundo, e provavelmente nós teríamos muita dificuldade. Mas, afinal de contas, a coisa começou a complicar quando houve uma denúncia do Deputado Arlindo Chinaglia de que a ESCA estaria inadimplente em relação ao INSS. E aí nós tentamos ver se a ESCA iria pagar realmente aquelas dívidas. Mas depois nós chegamos à conclusão de que as dívidas eram muito grandes e que era impossível a ESCA honrar aquilo, porque a dívida cada dia aumentava, daqui a pouco já era... sei lá! Começou com 8 milhões e pouco com o INSS; em pouco tempo tinha dívidas com bancos etc. Em suma, eu e o então Ministro da SAE, Embaixador Sardenberg, propusemos ao Presidente que retirasse a ESCA e, como solução, havia uma lei que previa que poder-se-ia contratar os funcionários da ESCA, que eram o fundo tecnológico daquela empresa, porque eles eram o cérebro, eram mais de duzentos engenheiros e técnicos em computação e etc. E assim foi feito. Houve uma reunião do Conselho de Segurança e assinou-se o contrato com a Raytheon. E, afinal de contas, esse é um preâmbulo para dizer qual foi a minha participação em relação ao Projeto SIVAM, mas para dizer também que é uma medida que eu me apropriava, digamos, das virtudes que esse projeto... que esse sistema poderia trazer, sempre lembrando que o sistema é um sistema de informações, ele não é um sistema de execução. Ele precisa de uma contrapartida de execução, que é o SIPAM (Proteção da Amazônia), para que as informações passadas pelo sistema, porque é um sistema de informações, sejam realmente importantes e levadas a efeito, para que as coisas sejam executadas, como, por exemplo, todos os ilícitos na Amazônia, etc. Mas eu acho que isso é apenas um preâmbulo para dizer qual a minha participação num projeto que já estava, vamos dizer, escolhido, já tinha uma empresa escolhida, e que apenas eu e a SAE recomendamos ao Presidente que se tirasse a ESCA. E a



idéia era que esse grupo depois pudesse, por moto próprio do grupo, uma vez que eles eram detentores daquela inteligência, eles, o fundo tecnológico, escolhessem com qual empresa gostariam de fazer uma parceria, até porque sabíamos que, se eles continuassem sob o Governo, aqueles empréstimos do Eximbank não poderiam ser feitos diretamente ao Governo e sim a uma empresa ou agora uma fundação, que é a TEC, que é até uma solução muito inteligente que foi encontrada. Mas os senhores provavelmente devem estar curiosos do porquê que aparece o nome de Mauro Gandra nas tais fitas que foram gravadas — e eu não vou entrar no detalhe se a fita foi gravada assim, se foi gravada assada. Ouvi algumas pessoas dizerem, até mesmo publicamente no jornal: “Isso foi uma ingenuidade do Ministro Gandra.” Eu gostaria de corrigir isso. Isso não foi uma ingenuidade do Ministro Gandra, eu acho que foi mais grave: isso foi soberba do Ministro Gandra. Por que soberba? Porque, nos meus 46 anos de serviço, lidando com dinheiros públicos como eu lidei na Comissão Aeronáutica Brasileira, em Londres, onde eu passei dois anos, que cada ano eu movimenteí da ordem de 100 milhões de dólares, e eu mesmo fazia as aplicações, eu não podia acreditar que fosse suspeito de alguma coisa. Então, eu tinha relações — e tenho até hoje — com o Comandante José Afonso, tinha já ficado na casa dele, eu e minha mulher, duas vezes. O Comandante José Afonso foi na minha casa várias vezes, almoçou conosco. É uma relação que nós temos — tínhamos e temos — e eu nunca podia imaginar que isso fosse algo que trouxesse o problema que trouxe, até porque, quando eu cheguei em Belo Horizonte, eu fui com um objetivo lá. Qual era o objetivo? Era fazer uma palestra na FIEMG, visitar a Base Aérea de Belo Horizonte, que hoje é um centro de instrução, e o Parque de Lagoa Santa. Mas, por intermédio do Comandante José Afonso, eu recebi o convite do então Vice-Governador Mares Guia para um jantar na casa dele, onde estaria o



Governador. E eu podia perfeitamente ter ficado na Base Aérea de Belo Horizonte, porque fica a menos de um quilômetro da casa do Comandante José Afonso, mas, até por uma questão de cortesia, de não... fiquei lá. E sob as vistas de todas as pessoas que estavam comigo, a guarnição de Belo Horizonte, que me viu sair no carro, o meu assistente, o meu Chefe de Gabinete, Brigadeiro Marine, e todos sabiam que eu estava indo para lá. Bom, então, quando houve esse problema e que eu cheguei no dia 19 de novembro de 1995 para conversar com o Presidente, eu disse ao Presidente que estava ali para dizer a ele que eu não me sentia culpado de nada, mas que eu reconhecia que era muito difícil para um Governo um Ministro militar desgastado na mídia. E o Presidente, coitado, naquele dia, estava muito sofrido, porque acho que na sexta ou na quinta-feira ele tinha aceito lá o pedido de demissão do Embaixador Júlio César; na madrugada ou na noite de sábado tinha havido aquele problema do PROER, do Banco Nacional, e, quando eu disse isso, que realmente era difícil para um Governo conviver com um Ministro desgastado na mídia, o Presidente Fernando Henrique me disse: “É, Ministro, o senhor vai ser muito perseguido pela imprensa, como foi o Dr. Pérsio Arida.” E eu, naquele momento, percebi que provavelmente estaria criando um problema para o Governo. E naquela época, 46 anos de vida voltados para uma carreira e um país, às vezes até deixando, como me lembro uma vez que saí, quando Tenente, deixei minha mulher em Guarulhos e fui passar dez dias, ela com pielite, grávida, sozinha numa casa em Guarulhos. Eu não entrei para o Ministério para dificultar o Governo e a Nação. Portanto, eu gostaria de pedir licença aos senhores para ler, provavelmente têm conhecimento, mas eu acho que nesse momento é importante que eu possa ler um excerto da nota que eu fiz logo depois que saí do gabinete do Presidente: *Em função do lamentável episódio de escuta telefônica no qual meu nome é citado, resolvi*



entregar o cargo de Ministro da Aeronáutica ao Exmo. Sr. Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, que, após tê-lo aceito, ficou de escolher meu substituto. Ao fazê-lo, inspirou-me sobretudo a vontade de preservar o Governo e a Força Aérea de polêmicas indesejáveis no presente quadro nacional. Pelo aspecto mais subjetivo da questão, penso que o Chefe Militar não pode conviver com a dúvida no olhar dos seus subordinados. E aqui eu faço um parêntese para dizer o seguinte: a relação de um chefe militar e seu comandado, ela é muito diferente de qualquer outro tipo de relação. Ela não é uma relação de patrão para empregado. É uma relação de chefe para subordinado; chefe esse que num determinado momento pode ter que mandar aquele subordinado para a morte. E quando eu digo a morte, eu não digo só a morte durante a guerra. Mas na Aeronáutica é comum que a gente às vezes tenha dúvida de consciência quando determina uma missão e que é uma missão que pode levar aquela tripulação à morte. Então, o grau de confiança que é necessário entre um chefe militar e o seu subordinado é muito superior ao grau de confiança que aqueles que ainda não conviveram na caserna conhecem. Portanto, esse foi o motivo principal de eu ter pedido o afastamento ao Presidente Fernando Henrique. O meu subordinado tinha que olhar para mim confiando em mim. E graças a Deus eu acho que, mesmo com tudo o que aconteceu, eu hoje tenho a tranqüilidade e a consciência de poder olhar nos olhos de cada um dos meus subordinados que foram, e eu continuava. Os milhares de subordinados, os muitos companheiros e os diversos segmentos da sociedade que comigo conviveram durante esses 45 anos, que, na verdade, eram 46 — eu errei na nota —, saberão certamente julgar a correção de minha decisão. Estarei rezando sempre pela Força Aérea e pelo Brasil. Sr. Presidente, Sr. Relator, com essas informações, eu estarei pronto para responder às perguntas que se fizerem necessárias. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Este Presidente agradece a manifestação do Brigadeiro Miranda Gandra; e, antes de iniciarmos a fase seguinte dos trabalhos, com as perguntas, a Presidência gostaria de colocar em discussão a ata da reunião anterior, já distribuída a todos os membros presentes, indagando aos presentes da necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Sr. Presidente, em razão de a ata ter sido distribuída, eu sugiro que seja feita a sua discussão e eventual aprovação, sem a necessidade da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Em função da proposta do Deputado Jurandil Juarez, esta Presidência dispensa a leitura da ata. E não havendo quem queira discutir acerca de seus termos, passamos à votação da mesma. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. Não havendo manifestação contrária, declaro aprovada a ata da reunião anterior. E antes das colocações do Relator para suas perguntas e suas exposições, esta Presidência passa a presidência dos trabalhos ao Deputado Jurandil Juarez, em função de necessidade que temos da ausência por alguns instantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Vou fazer a leitura de um requerimento encaminhado à Mesa, para efeito de publicação e discussão e aprovação na próxima reunião desta Comissão. Requerimento: *Requer a aprovação do programa de desenvolvimento dos trabalhos da Relatoria. Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. que seja submetido à apreciação do Plenário da Comissão o cronograma em anexo, onde se sugerem os eventos para as audiências públicas até o encerramento dos trabalhos da Relatoria. Esclareço a V.Exa. que, contrariamente à previsão inicial e em face da quantidade de convocados a prestarem depoimentos, bem como em razão do feriado de 15/11, foi constatada a necessidade de se*



preverem audiências públicas nas seguintes terças-feiras: 12/10, 6/11, 13/11. Sala das sessões. Deputado Confúcio Moura, Relator. O cronograma está anexado ao requerimento. Encaminho, portanto, à Secretaria, para os efeitos legais. Passamos agora à inquirição ao Brigadeiro Gandra, em razão do seu depoimento. Concedo a palavra inicialmente ao Sr. Relator, Deputado Confúcio Moura.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares presentes, antes de elaborar, fazer as perguntas ao ilustre Brigadeiro Mauro José Miranda Gandra, gostaria de fazer uma pequena introdução sobre esta nossa CPI. É uma CPI complexa, porque já se passaram seis anos dos fatos, e ela está estritamente vinculada a um fato determinado, que é a publicação de uma matéria na revista **IstoÉ**, onde ela veicula uma escuta telefônica de duas pessoas. Um deles, o proprietário da empresa Líder Taxi Aéreo, o empresário José Afonso de Assunção, conversando com o Embaixador que naquele momento exerceu um cargo de confiança do Presidente da República, o Embaixador Júlio César Gomes de Souza, onde deu margem a suspeição, onde a revista cita a possibilidade de indícios de tráfico de influência e quaisquer outros tipos de irregularidades entre o representante da empresa americana Raytheon, que era o Comandante Assunção, e o Chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto, Júlio César. Então, muito tempo já se passou. Naquele momento, o Brasil todo soube desses fatos, largamente divulgados pela imprensa brasileira. Todos os jornais, revistas, periódicos de modo geral, denunciaram essa situação. E esta CPI, nós não vamos aqui discutir realmente a importância do SIVAM, ainda mais neste momento histórico em que a questão da segurança nacional dos países todos realmente se assoma como algo relevante, tendo em vista os episódios nos Estados Unidos. Nem de longe nós vamos discutir o mérito do projeto. Nós estamos em cima de um fato investigativo, requerido pelo



Deputado Arlindo Chinaglia em 1996. Então, todas as nossas perguntas ao ilustre Brigadeiro Mauro José Miranda Gandra versam sobre o fato determinado objeto da divulgação da revista. Não vamos aqui divagar sobre realmente a importância, o fato consumado, que o SIVAM é realmente importantíssimo. E eu, sendo da Amazônia, mais do que nunca, ressalto a sua relevante importância. Vamos fazer com o Brigadeiro tipo um pingue-pongue. Então, nós vamos... primeiro, eu pergunto a V.Exa. quanto tempo o senhor permaneceu à frente do Ministério da Aeronáutica.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA - Eu fiquei de 1º de janeiro de 1995 até o dia 21 de novembro de 1995. Onze meses.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Certo. A idéia do SIVAM, o senhor, mesmo no Alto Comando da Aeronáutica, o senhor participou efetivamente da criação das idéias, das discussões sobre a elaboração da sua importância, do seu projeto de criação?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Não. O que acontecia era o seguinte: as pessoas vinculadas ao projeto, no caso o Brigadeiro Oliveira e o Brigadeiro Normando também, ele esteve à frente desse projeto, era o chefe de gabinete do então Ministro Lobo, eles, mas principalmente o Brigadeiro Oliveira, nas reuniões do Alto Comando, eles davam notícia ao Alto Comando do andamento do projeto, de como as coisas andavam acontecendo, principalmente — eu diria — o caso da escolha da ESCA como integradora do sistema. Era uma coisa um pouco polêmica, na época, porque era uma empresa única. Alguns diziam que não, mas realmente a ESCA, pela sua experiência no segmento do controle do tráfego aéreo e defesa aérea, onde já tinha participado integrando juntamente com a Thomson os três sistemas, era a empresa que estava mais bem credenciada. E por isso houve essa escolha, mas nunca houve, por exemplo, uma votação no Alto Comando para



que se escolhesse a empresa. Isso foi uma coisa técnica, em que o grupo técnico levava o problema ao Ministro, e o Ministro, naturalmente, respaldado por esses pareceres e pelo Estado-Maior, também que emitia pareceres, decidia e depois nos comunicava. Da mesma maneira que soubemos também, numa reunião do Alto Comando, que a Raytheon tinha sido escolhida. A primeira, eu me lembro que a primeira vez que se falou nisso, eram quatro grupos, quatro consórcios. Um, se não me engano, tinha a Unysses; o outro, eu não me lembro, era um consórcio alemão. E esses dois outros foram descartados. Ficaram, então, apenas a Raytheon e a Thomson. E isso foi nos dito. Depois, houve um reajustamento, digamos, dos projetos, porque, diga-se de passagem que os dois projetos eram muito bons. É mais ou menos como um avião hoje. Hoje é difícil sair um avião ruim de uma prancheta. Os projetos, atendendo às especificações do Ministério da Aeronáutica, ambos eram bons. O que levou à escolha, e eu já manifestei aqui, primeiro, foi o problema de financiamento, mas também havia uma diferença a menos no projeto, na oferta da Raytheon. Portanto, eu participei como ouvinte e posso lhe dizer que sempre fui um adepto do sistema. Achava e, hoje, mais do que nunca, acho que foi uma solução muito boa para o País.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – A licitação... Faço melhor a pergunta: ocorreu o processo de escolha da Raytheon durante a sua gestão ou foi anterior?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Não, foi antes.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Antes.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Como eu lhe disse, que eu me lembre, eu acho que a escolha foi feita, e houve uma aprovação pelo Senado da



República, em 21 de dezembro; se não pelo Senado da República, creio eu, pela Comissão de Economia do Senado.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Perfeito.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Ah, sim porque precisava... a Comissão de Economia que aprova...

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Exatamente. O empréstimo.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – O empréstimo. É isso.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – O senhor reclamou muito na época, baseado na reportagem, segundo o que está escrito nessa reportagem, a demora do Senado na apreciação do Projeto SIVAM. A partir das gravações feitas pela Polícia Federal, detectou-se indícios de que o Senador Gilberto Miranda criou dificuldades para vender facilidades — segundo o que diz a revista. O senhor teve conhecimento de alguma transação que tenha premiado o Senador em razão do ofício do Senado?

O SR. JOSÉ MAURO MIRANDA GANDRA – Não, não tive. E tive uma conversa com o Senador Gilberto Miranda. Aliás, tive várias conversas com ele e com vários Senadores. Mas uma das conversas, eu me lembro, havia alguns Parlamentares na sala, no escritório do Ministro Sardenberg. E eu ponderava com o Senador: Senador, poxa, isso tem que ser aprovado. “Não, mas vocês tiraram a ESCA, não sei o quê. Isso não vai ser aprovado, porque o Senado não vai aprovar, e tal coisa. Tem Senador que quer não sei o quê lá embaixo.” Mas que não sei o que em termos de, sei lá, estrada, quota. Mas uma coisa muito, vamos dizer, genérica, dando a entender que o Senado teria dificuldades de aprovar, a não ser que houvesse, vamos dizer, acolhimento pelo Governo de alguns pleitos, o que a gente, mais ou menos, sabe que isso ocorre, mas não pleitos dessa natureza. Até porque



eu sei que as empresas americanas, elas exigem dos representantes, e isso foi me dito antes, mas também depois pelo próprio Comandante José Afonso, é o **Corruption Act**. Eu não me lembro, são quatro sílabas que... aqueles atos americanos, as leis americanas que são chamadas de atos. Mas o principal, o essencial era o **Anticorruption Act**, uma coisa assim, em que o representante ou a empresa parceira se compromete, sob as penas, naturalmente, da legislação americana a não fornecer nenhum tipo de benefício a quem quer que seja para beneficiar a escolha daquela empresa. Então, isso me parece que era uma questão de honra até para manter, digamos, a parceria. Isso, eu tinha consciência disso.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Eu queria abrir mais um parênteses nessa sessão de perguntas para dizer que a **TV Câmara** está transmitindo diretamente a nossa audiência para todo o País. E para que nós possamos nesta relatoria, nesta CPI, dar uma resposta ao seu objeto principal, haverá de ter a cooperação da sociedade civil brasileira, muitos telespectadores que por acaso estejam nos assistindo neste momento, é contribuir com o nosso trabalho, através de denúncias que por acaso venham a saber durante a execução do desempenho do Projeto SIVAM. E eu conclamo a todos os telespectadores da **TV Câmara** para que ajudem a CPI, através de contribuições, qualquer que seja a sua natureza, para que a gente possa realmente buscar a veracidade das denúncias feitas pela revista **IstoÉ** na época. Sem essas contribuições, ficarmos estritamente no objeto, nas recordações do que foi publicado na época ou do texto seco da revista, nós provavelmente não faremos um relatório assim proveitoso para que apure a verdade. Normalmente, a sociedade cobra das CPIs da Câmara e do Senado um resultado punitivo. Mas se por acaso não houver essa contribuição efetiva, faremos um relatório dos depoimentos que são feitos aqui, simplesmente e



tecnicamente apresentando o que foi exposto. Continuando, Sr. Brigadeiro, Sr. Ministro...

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA - Eu gostaria ainda de complementar, porque eu me lembrei, Sr. Deputado Confúcio Moura.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Fique à vontade.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA - Talvez uns dez ou quinze dias antes desse episódio, eu me lembro que houve uma reunião no Palácio do Planalto, em que estavam presentes o Brigadeiro Oliveira, o Embaixador Sardenberg, S.Exa., o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e o Senador Gilberto Miranda. O Senador Gilberto Miranda tinha acabado de voltar de uma visita à América, em que ele teria visitado inclusive a Raytheon. E o Senador, a preocupação dele inclusive em não aprovar, na Comissão de Economia do Senado, onde ele era o Presidente, de maneira mais célere o projeto, era o fato de que ele achava que como as licitações para as obras públicas, elas eram apartadas da parte do material, isso poderia levar a mesma situação em que o DACTA III sofreu, e ele tinha conhecimento disso. E realmente é verdade, porque na época, apenas 85% do projeto DACTA tinha sido financiado pelos franceses. Se não me engano, era Paribel, ou Paribal, ou Banco da Cidade, eu não me lembro, porque também era... E que os equipamentos chegaram aqui e ficaram estocados, porque não havia recurso para fazer as obras civis. Então, naquela época, foi discutida a possibilidade de se colocar tudo num próprio, vamos dizer, projeto sob a égide, digamos, da Raytheon, e que o projeto seria como se usa o **turn-key**, o que ligou está funcionando. Eu me lembro que houve uma série de manifestações, e eu fui contra isso, porque eu achei que, embora pudesse haver a melhor das intenções, politicamente ia ser muito difícil para o Presidente adotar essa postura. E o Presidente Fernando Henrique ficou de reunir depois os Líderes no



Senado etc. Mas, infelizmente, com os acontecimentos, essa coisa deixou de ter validade. Mas eu achei importante registrar isso aqui, porque houve essa reunião, e essa reunião eu me lembro bem.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Muito bem. Sr. Ministro, esse ganho, essa concorrência da Raytheon, a escolha da Raytheon foi fruto de uma concorrência pública internacional ou foi dispensa de licitação?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Não. Houve realmente, como eu disse, dispensa de licitação de parte do projeto. Eu sei disso, porque acabei tendo que me aprofundar um pouco, embora não participasse disso na época, depois, até como Ministro, tive que me aprofundar um pouco. Como eu disse, inicialmente, dezesseis embaixadas foram convidadas a indicar empresas com uma cláusula de sigilo. E a razão era o receio de que, como esse projeto, ele também visa impedir os vôos ilegais na Amazônia, algum grupo pudesse credenciar um grupo que não fosse um grupo de boa fé. Então, havia essa primeira aproximação da embaixada. As embaixadas contactaram as empresas do ramo de suas respectivas nações, respectivos Estados. E como eu disse, foram contactadas da ordem de sessenta empresas. E essas sessenta empresas, como são coisas multidisciplinares, os equipamentos etc., elas depois se agruparam em consórcios. E eu até citei um fato inusitado de que a Ericsson era a única que participava de todos os consórcios, porque só ela tinha capacidade de fazer o tal radar, que hoje equipa já os aviões EWC. E que como brasileiro é sempre assim engraçado, já tem apelidado de grampeador, porque o radar que parece mesmo, em cima de um avião, um grampeador. Então, não houve uma licitação formal, mas houve praticamente uma licitação. Quanto às obras civis, que foram citadas muito depois, no decreto de



dispensa de licitação, assinado pelo Presidente Itamar Franco, as obras civis não tiveram dispensa de licitação.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Então, agora, uma série de perguntas. Vamos fazer uma projeção, uma prospeção sobre o andamento do SIVAM, a partir do fato. O senhor teve conhecimento de alguma ligação do Embaixador Júlio César e a empresa Schahin, vencedora da concorrência para construção de obras físicas do SIVAM?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Isso, já depois, provavelmente.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Exato. Depois.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Não. Não tive.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Ministro, o senhor conheceu, teve contato com o Embaixador Júlio César?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Quando Ministro, não. Eu conheci o Embaixador Júlio César, na verdade, por telefone, nos idos de 93, porque ele era chefe de gabinete do Ministro da Fazenda. E houve um assunto, se não me engano, de tarifas, alguma coisa, porque eu era Diretor do Departamento de Aviação Civil, e o Embaixador Júlio César me ligou. Mas eu nunca o tinha visto.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Perfeito! O senhor chegou a discutir com o embaixador Júlio César assuntos relacionados com o Projeto SIVAM alguma vez?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Nunca!

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Certo.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – É possível que ele tenha ouvido o que eu disse ao Presidente Fernando Henrique, se não me engano, em julho de 1995, quando eu levei o Presidente para visitar o CINDACTA em Brasília. E por que



o levei? Eu o levei porque naquela época nós tínhamos informações de que, entre a terça e a quinta-feira, havia quatrocentos vôos ilegais saindo daquela área de Paraguai, Foz do Iguaçu, com destino a Belo Horizonte, Belo Horizonte, não, Minas Gerais e São Paulo. É claro que muitos desses vôos são fazendeiros que ali decolam e que não querem fazer plano etc. Mas há também muitos vôos esquisitos. Então, nós convidamos o Presidente. E eu até... Por que eu digo que é possível que ele tenha ouvido? Porque o embaixador estava do lado. E eu disse ao Presidente e eu faço questão de registrar isso aqui. Eu disse: Presidente, esse Projeto SIVAM está tão difícil de sair. Não é possível que a gente tenha feito três DACTAs num regime autoritário e que em plena democracia a gente não possa implantar um sistema como é o SIVAM, que é um sistema importante para a soberania nacional e não só para a soberania nacional, como para uma série de outras. Isso eu disse. É possível que o embaixador tenha ouvido isso, porque nós estávamos andando já como quem vai para o... Fomos de ônibus, eu me lembro disso, o Presidente também pegou o ônibus. Nós fomos de ônibus, porque foram outros membros da comitiva.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Não quero tomar muito tempo, porque tem outros Parlamentares também desejando fazer perguntas. Mas tem mais duas, três. E passo a palavra depois ao Presidente, para que ele conduza os trabalhos. O senhor teve conhecimento, em razão de sua participação na implantação do SIVAM, de que posteriormente a isso, o senhor venha ficar sabendo de qualquer fonte que o embaixador Júlio César, sendo um funcionário público, tenha se tornando um homem rico?



O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Olha, não. Isso realmente para mim. Eu até posso dizer com sinceridade, para mim é surpresa, até porque eu não me preocupei em saber isso, sinceramente.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – A revista cita o nome de V.Exa. em vários pontos. Qual foi, na sua opinião, sobre as conversas gravadas pela Polícia Federal entre o Embaixador Júlio César e o empresário José Afonso Assumpção. A impressão do senhor sobre essa gravação. O senhor acredita que tenha sido intrigas do poder ou mesmo uma grande farsa, uma montagem? Qual é a impressão que o senhor teve dessa gravação?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Essa pergunta é difícil, o senhor sabe, Deputado, porque essa pergunta, ela mais ou menos revolve uma ferida que já estava cicatrizada, porque eu não tenho dúvida de que há um pouco de tudo. Um pouco de intrigas do poder, de um lado pessoas que não gostavam do embaixador, de outro, pessoas que talvez tenham perdido, vamos dizer, perto do Presidente, alguma facilidade de chegar a falar, ser ouvido. É muito difícil eu dizer isso aqui, eu não convivia, mas tudo levava a crer. Uma coisa que sempre me causou espécie, e eu disse isso numa entrevista ao jornalista Ronaldo Brasiliense, do **Jornal do Brasil**, talvez dias depois, até por telefone da casa da minha filha, que eu não posso compreender como é autorizada ou foi autorizada uma gravação sob uma alegação de que era suspeita de tráfico de entorpecentes, feita para um funcionário o mais próximo possível do Presidente da República. Isso até poderia deixar o Presidente da República numa situação muito difícil. E eu, quando estive com o Presidente, no último dia, como Ministro, eu disse isso a ele. Eu disse: Presidente, eu estou preocupado, porque o senhor sabe, nós tínhamos o SNI. E todos sabiam que o SNI teve erros. É bem verdade que é necessária a informação para o Governo. Mas eu



disse ainda ao Presidente: “Havia o SNI, havia, talvez, até gravações, mas havia comando. E, hoje, o senhor está tendo escutas telefônicas, sem comando, que poderão, amanhã, gravar até sua família.” Portanto, essa foi uma das minhas grandes preocupações. Mas, na verdade, eu gostaria só de dizer uma outra coisa. Isso foi num domingo, na quinta-feira, o Presidente convidou os Ministros Militares, o Chefe do EMFA, o General Cardoso, que era do gabinete militar, e o chefe da Casa Civil para um almoço e me convidou. E naquela oportunidade o Presidente perguntou — eu estava numa cabeceira e ele numa outra um pouco longe — como eu estava me sentindo. Eu disse: “Presidente, eu nunca podia imaginar que o mundo fosse cair na minha cabeça, que eu fosse ser crucificado pela imprensa”. Um jornalista escreveu no jornal **O Globo** que era a primeira vez que um Ministro era demitido por corrupção. Isso é um absurdo. Isso é um julgamento prévio, açodado e absurdo. Eu vou voltar à imprensa, porque eu acho que a imprensa não é isso tudo de ruim que estou dizendo aqui. É claro que aqui e ali pode haver problema de imprensa de má fé. Mas, eu disse ao Presidente: “Presidente eu me sinto muito mal, sinto-me crucificado. Mas quero dizer-lhe o seguinte: se tudo isso que está acontecendo comigo tiver como resultado a manutenção da soberania da Amazônia...” Por quê? Porque, para mim, a Amazônia é o Brasil por inteiro. Faço uma pergunta a todos os senhores: já imaginaram aquela imagem que temos dos nossos bancos escolares, o mapa do Brasil na parede em que se tira o naco da Amazônia — são 55% do território? Outro dia fiz entrevista para **Voz da América**, em que eu dizia isso não só em relação ao Brasil, mas a qualquer país. Eu perguntava aos jornalistas como os americanos viriam, por exemplo, o mapa da América sem o Alasca ou sem a Louisiana. E até complementava, o Alasca e a Louisiana originalmente não eram deles. A Amazônia também não, mas, foi



conquistada a ferro e fogo pelos nossos bandeirantes. Infelizmente, a outra coisa que eu dizia ao Presidente, que era também se esse episódio pudesse manter a privacidade de cada cidadão nas suas conversas, na sua capacidade de ir e vir, isso também teria valido. Mas, aí, eu digo: infelizmente, isso aconteceu. Porque depois do episódio do SIVAM tivemos inúmeros episódios de fitas, e isso continua. Mas eu dizia que ia fazer uma ressalva para a imprensa. E a imprensa é anjo ou demônio. Da mesma maneira que a imprensa nos demoniza, ela nos transforma em anjos. Eu tive essa experiência. Eu disse ao Presidente, no dia em que eu saí — Deputado, o senhor me desculpe, mas isso é uma espécie de catarse: “Presidente, um homem público que não tem votos, dificilmente terá a sua reputação recuperada. Porque na política eleitoral, depois de uma eleição, é mais ou menos como aquela história do jogo de vida, nas sinucas, em que apagamos o quadro e começamos outra vez — em termos. Mas o homem público dificilmente se recuperará. E, no entanto, surpreendentemente, tive essa recuperação. E já agradei publicamente, e gostaria de agradecer mais uma vez, ao Presidente Fernando Henrique, porque, em 1997, o Presidente fez uma carta em que ele me eximia de responsabilidade, uma vez que o projeto já tinha sido aprovado pelo TCU — o Senado também tinha aprovado o contrato — ,em que ele dizia que lamentava o fato de eu não ter aceito uma Comissão em Nova Iorque como observador da ONU. As pessoas, às vezes, podem até, maledicentemente, imaginar que teria sido uma malcriação. Não foi. Foi uma coerência. Porque quando sai do gabinete do Presidente, eu disse a ele o seguinte: “Presidente, os políticos, às vezes, ficam preocupados quando uma pessoa está saindo de um cargo. O senhor não se preocupe comigo. Eu não quero cargo nenhum público, nem no Executivo nem no Conselho. Então, quando recusei esse convite, foi apenas por coerência. E, depois dessa carta, a carta tendo sido pública,



a própria imprensa publicou essa carta, e novamente ela me tirou do inferno, e não digo que me tenha colocado no céu, mas, pelo menos, me colocou no limbo. E por isso sou agradecido ao Presidente Fernando Henrique e à própria imprensa.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Vou fazer a última pergunta, para dar oportunidade aos companheiros de trabalhar, senão faço todas não é? O senhor, até em parte, respondeu a essa pergunta, na sua introdução. Sabendo o senhor que o empresário José Afonso de Assumpção era o representante na Raytheon no Brasil, portanto parte interessada na condução desse episódio, o senhor hospedar-se por três dias na casa do empresário, no curso da contratação — o senhor respondeu que já havia sido contratado o projeto —, não foi uma atitude permissiva, facilitadora que insinuava uma preferência em favor da Raytheon? Em parte, o senhor já respondeu a essa pergunta. Mas se quiser complementar, fique à vontade.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Eu gostaria de complementar. Eu vou repetir o que eu disse, porque eu acho que isso é importante. A Raytheon já tinha sido escolhida. A dúvida, à época, era de que a resolução do Senado, quando aprovada, ela havia aprovado a Raytheon juntamente com a ESCA. Então, a resolução do Senado teria que ser mudada, porque o Presidente mandou uma mensagem, e eu e o Embaixador Sardenberg assinamos uma carta para os 81 e um Senadores da República, em que reportávamos os fatos, os porquês da saída da ESCA. Lembro-me de que fui pessoalmente a alguns Senadores, inclusive ao Líder, que era o Senador Elcio Alvares, ao próprio Senador Gilberto Miranda, ao Presidente Sarney, que era o Presidente do Senado. Fomos pessoalmente entregar a carta a ele e entregar-lhe também a mensagem que retirava a ESCA do processo e, então, requereria uma mudança na resolução, até porque a ESCA, na resolução,



tinha uma parcela dos recursos a serem implementados. Bom. Na verdade, na minha cabeça, o assunto já estava resolvido. A Raytheon já tinha ganho, a Thomson não era mais competidora. E repito o eu que disse. Quando o senhor falou de ingenuidade ou de permissividade, eu repito que foi soberba. E isso é um reconhecimento público. Eu achava que estava infenso à suspeita. Infelizmente, as coisas não são assim. Até porque, talvez, na caserna isso não aconteça. Aí, talvez, a ingenuidade de um cidadão vindo da caserna.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente, dou por encerrada minha participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Obrigado, Deputado Confúcio Moura. Passamos, agora, à lista de inscrição. Concedo a palavra ao primeiro Deputado inscrito, Deputado Marcos Afonso. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO – Sr. Presidente, colegas Deputados, inicialmente, gostaríamos de agradecer a presença do Ministro Mauro Gandra neste evento de reconstituição, na verdade. Porque, como o nosso Relator há pouco afirmou, estamos tendo que reconstituir fatos, situações, contextos de seis anos atrás. Inicialmente, o senhor colocou que sofre muito, inclusive, em memorizar, em lembrar algumas situações nesta CPI. Também sentimos dificuldades de reconstruir aspectos que ocorreram há tanto tempo. Não obstante, o senhor acha extemporânea a existência da CPI agora? Eu gostaria também, se fosse possível, nós fazermos, como foi feito com o nosso Relator, para que haja mais dinamismo na nossa conversa, vamos dizer assim.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Olha, não acho que ela seja extemporânea. Até pelo que eu entendo, pelo regulamento das Casas do Congresso, as CPIs, uma vez aprovas, ganham vida própria, e elas não podem



depois serem desfeitas. Entretanto, talvez pelo acúmulo de CPIs e a necessidade de um número limitado, até porque seria impossível aos Deputados conviverem com muito mais do que cinco CPIs numa Legislatura, não que ela seja extemporânea, mas ela perde a força daquele momento. É a teoria da distância. A teoria da distância lembra muito bem: o cachorro atropelado por um automóvel, ali na nossa esquina, cria muito mais impacto do que a morte das crianças de dois anos há dois mil anos, quando Herodes mandou matar criancinhas. Então, essa teoria da distância tira um pouco da essência do que seria uma CPI, mas é a lei, é o regulamento e temos que cumprir.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO – Quero concordar com o senhor, quando diz da importância do SIVAM. E aí faço minhas as palavras também do nosso Relator, quanto ao aspecto estratégico que o sistema possui para o nosso País como um todo. Essa é uma opinião realmente consensual entre os membros desta Comissão. O senhor abordou agora há pouco que o senhor definiria a sua participação no desenvolvimento do projeto SIVAM como ouvinte.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Sim, senhor, como ouvinte, é verdade. Até porque essas coisas não acontecem assim, na votação no alto comando. É claro que se eu disse ouvinte, por favor, escute também falante, porque a gente participa. Mas pergunta, quer saber. Acontece que somos muito instruídos, desde as nossas escolas, para o consenso. Não é aquele consenso burro de tudo-que-seu-mestre- mandar-faremos-todos. Mas é o consenso de que, uma vez com argumentos fortes, o bruto acaba concordando. E lembro-me de que em nenhum momento discordei do que era feito — até porque poderia ter discordado.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO – O nosso Relator tem a capacidade de realmente apreender as perguntas que nós formularíamos. Então, o senhor me



desculpe se, de repente, eu for redundante, mas, eu preciso, pelo menos, ter nova formulação de resposta à pergunta que queremos fazer. A empresa norte-americana Raytheon substituiu a ESCA. Por que a empresa Thomson foi considerada inapta para administrar o SIVAM?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Eu responderia dizendo o seguinte: não, a empresa Raytheon não substituiu a ESCA. A empresa Raytheon era, juntamente com a ESCA, as duas empresas que, na resolução do Senado, levariam a cabo o projeto SIVAM. Como? A Raytheon como fornecedora de equipamentos, portanto, vamos dizer o **hardware**, e a ESCA como integradora do sistema, aquela que produziria o **software**, e também a administração do todo. Eu repito que, pelo que eu sei, pelo que eu vi e aprendi, quando da escolha da Raytheon, o ponto principal... E eu já disse que os dois projetos eram de tecnicamente viáveis, semelhantes e de boa estrutura, mas não só uma pequena diferença de preços...Pequena porque estamos falando de um bilhão trezentos e noventa e cinco e a diferença, se não me engano, era qualquer coisa como cinqüenta milhões de dólares. Portanto, não é tão pequena assim. Mas é uma diferença razoável. Mas, principalmente, pelo sistema de financiamento. Não sei explicar exatamente o sistema de financiamento, porque não era o meu..., mas o que aprendi é que dos um milhão trezentos e noventa e cinco, da ordem de duzentos e oitenta e sete milhões, foram financiados pela Raytheon, se não me engano, quarenta e oito milhões por um consórcio ou oitenta e sete milhões por um consórcio do qual fazia parte também a Ericsson, porque ela era uma das fornecedoras, e aquele montante, talvez um bilhão e cem, pelo Eximbank. No caso da proposta francesa, da ordem de trezentos e tantos — não me lembro bem, sinceramente não sei o dado, mas era muito dinheiro —, da ordem de trezentos ou



quatrocentos milhões, talvez até quinhentos, não me lembro bem, seriam, vamos dizer, em função de títulos públicos, colocados no mercado internacional, títulos públicos do Brasil, e que seriam honrados no caso de uma perda pelo Governo francês. Lembro ainda que logo depois houve o problema do efeito tequilla da crise do México, em que os títulos brasileiros e dos países emergentes tiveram uma depreciação muito grande. Não sei se isso teria uma influência muito grande no projeto, mas acredito que sim. Então, foi apenas uma questão, não digo que tenha sido sorte, mas tenha sido cuidado, pois o risco para o financiamento com a França era um risco muito maior do Governo brasileiro.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO – O senhor tem conhecimento de pressões exercidas pelo Governo norte-americano para que a escolha recaísse sobre a Raytheon. Tendo ou não o conhecimento, o senhor considera legítima essa espécie de intervenção de **lobbies** por parte de governos estrangeiros?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Olha, eu não posso assegurar isso, mas eu me lembro de que nesse período houve uma vista do secretário, se não me engano, Brian, ao Brasil, que, depois, coitado, foi infelicidado num acidente com o C-130 na guerra do Kosovo. Até estive com ele, porque nessas reuniões vem o secretário e tal. Ele não me pediu nada, não perguntou nada. À época, corria a história — mas isso é história, eu não posso afirmar —, de que o Presidente Clinton teria telefonado para o Presidente Fernando Henrique. Na mesma época, tínhamos uma concorrência do avião, um super Tucano, um avião que iria equipar para treinamento as Forças americanas, não só a Força Aérea, mas até mesmo a Marinha. E, à época, falava-se que esse **lobby** teria sido um **lobby** de contrapartida. O que acho difícil, porque, no caso da concorrência americana, havia várias firmas concorrendo e não havia possibilidade de ser feito **lobby**. É bem verdade que a



gente até admite que, à época, os aviões eram semelhantes, o avião que ganhou era suíço e tinha mais ou menos umas características parecidas com a do Tucano e tal e ganhou, provavelmente, por razões não só econômicas, mas políticas, não sei. Efetivamente, eu lhe diria não. Não sei lhe dizer, mas dei aqui os dados que eu apreendi. O senhor perguntou se acharia válida e lícita. Sim. A bem da verdade, eu sou obrigado a lhe contar o fato que se não é **lobby** não deixa de ser qualquer coisa. Eu me lembro de que quando veio aqui o secretário de Estado americano, que nós fomos ao almoçamos, conversei com ele e falei sobre o nosso Tucano. Mas, isso foi uma conversa natural. Não pedi nada a ele. Eu disse a ele... Aí é tal coisa, uma pessoa de má-fé pode achar que eu estou fazendo **lobby** do nosso avião. Eu me lembro de que quando eu era comandante do Grupo de Transporte Especial, em 1978, recebemos aqui a visita de uma empresa inglesa. Quem trouxe os representantes da empresa para mostrar o avião foi o adido militar inglês. Então, o que quero dizer é que essa espécie de **lobby** governamental, se não é legítimo, ele existe. No caso específico do SIVAM, não lhe posso afiançar, mas é verdade que veio aqui o secretário Brian e pode ter conversado. Mas acho muito difícil uma conversa do Presidente Clinton com o Presidente Fernando Henrique falando do SIVAM, porque o assunto foi resolvido técnica e economicamente. Até sugiro ao nobre Deputado, Presidente, ao Relator que peçam os dados dessa escolha, porque os dados são os números. Se bem que dizem que os números, às vezes, podem ser manipulados, mas tem aquela história de que os números não mentem jamais.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO – Eu vou ter que fazer novamente a pergunta que o senhor acha muito difícil de ser respondida. Vou repetir: a que ou a quem o senhor atribui a responsabilidade pela trama palaciana que permitiu o



grupo de conversas telefônicas entre o então Embaixador Júlio César Gomes dos Santos e diversos outros envolvidos?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Olha, eu, se lhe respondesse objetivamente essa questão, estaria sendo leviano, porque eu não tenho nenhuma informação fidedigna que me dê essa capacidade de lhe responder objetivamente. Novamente, eu digo: todos sabem, porque foi publicado — e eu, aqui, vou repetir — que, à época, havia a história do Secretário Graziano e, senão me engano, de um agente da polícia, que não me lembro o nome. Mas isso é fruto de, da mesma maneira, revista. Isso aí é mais ou menos aquele assunto que dá cria. Ele deu uma cria, foi dando novas matérias, e tal. Eu não posso assegurar. Isso é muito difícil. Até porque o Secretário Graziano, logo em seguida, foi admitido no Governo do Governador Mário Covas. Era um homem que estava muito ligado à área da reforma agrária. Uma pessoa que tem fé pública, logo, seria — como é que se diz — irresponsabilidade dizer coisas que não conheço. Portanto, para não me omitir, posso lhe dizer que soube também, por publicação e imprensa, mas sem nenhuma objetividade para lhe dizer se foi ou não foi.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO – Minha última pergunta, Sr. Presidente. O senhor tem conhecimento de um acordo de cooperação de informações entre o Governo brasileiro e o norte-americano, o chamado Acordo Guarda-Chuva? Pois, segundo consta, esse acordo teria possibilitado que o Centro de Dados Operacionais da Polícia Federal, sediado no Setor Policial Sul de Brasília, comandado, à época, pelo delegado Mário José, tivesse executado o grampo telefônico, no Palácio do Planalto, que gerou toda a crise no SIVAM em cooperação com a CIA. O Senhor acredita nessa hipótese? Quem seriam os verdadeiros interessados no grampo e com quê objetivo? Aí eu sei, o senhor já respondeu em



parte, a pergunta também tem um caráter de subjetividade. O senhor também é um analista, um intelectual nessa questão. Então, seria importante que o senhor pudesse também passar para nós impressões, mesmo — nos ajudaria muito e ao nosso Relator — que o senhor não tenha dados. Mas as suas opiniões são importantes para nós.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Bom. Sinceramente, é a primeira vez que ouço isso, Deputado. Mas, da mesma maneira que tive oportunidade de dizer, mesmo aqui na Câmara, ao Deputado Fernando Gabeira, na época em que eu era Ministro, quando houve uma denúncia de que ou foi quando houve uma expulsão de diplomatas americanos na França em que a CIA teria se envolvido, sei lá, eu disse: olha — eu vou chegar a sua resposta —, quem ganhou a elaboração do projeto foi a Raytheon, a CIA é americana. Se ela fizesse alguma coisa que pudesse redundar um prejuízo para a Raytheon — por isso que eu chamei atenção da resposta anterior, o Deputado Gabeira —, seria um tiro no pé da CIA. Ela vai criar um caso dentro... Sinceramente, mas é tal coisa, eu não acredito. Eu não acredito, até mesmo porque não seria coerente. Não sei se o senhor está acompanhando meu raciocínio. Ora, se a CIA propugna por benefícios para ou evitar malefícios para os Estados Unidos da América do Norte, um fato como esse vindo a público de uma empresa que tinha ganho uma concorrência dessa monta, seria negativo para o próprio Estados Unidos, conseqüentemente, a CIA não teria feito isso.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO – Colocamos essa questão, porque a informação que nos chegou foi a de que Brian, que se apresentava como diplomata e despachava na Embaixada, era o homem da CIA no Brasil. Brian, que já não está no Brasil, irritou-se ao extremo com os grampos. Se, naqueles dias, o Congresso ou



a imprensa investigassem a fundo, terminariam por esbarrar numa inacreditável tenda monitorada pela CIA, encravada em Brasília, grampeando o Presidente da República. Por isso nós colocamos essa...

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Entendi, entendi. Quer dizer, na verdade, é possível. Às vezes... E aí eu vou fazer uma observação aqui com a qual nós convivemos. Os serviços de informações são absolutamente necessários, mas eles não podem ganhar vida própria, inteligência própria. Eles têm que ser usados pela autoridade constituída para que obtenham as informações. No momento em que um serviço de informações ganha vida própria, ele me lembra muito aquele filme Fantasia, em que o Mickey Mouse faz uma mágica, aprendida com o Mago Merlin, em que as vassouras começam a varrer, e ele perde o controle das vassouras, e milhares de vassouras começam... Não sei se se lembram disso. Eu sou muito velho e me lembro desse filme: Fantasia. Mas eu acho que essa é a imagem perfeita do que é um serviço de informações para o qual o Governo perdeu o comando. Isso pode acontecer, podia ter acontecido à revelia do interesse americano. E agora eu entendi a sua pergunta, porque isso realmente teria sido para indignar quem estivesse aqui na América, numa Embaixada, porque era um ato isolado, talvez de moto próprio, levando o problema para a América e propriamente para uma empresa americana que ganhou um contrato dessa monta.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Muito obrigado, Sr. Ministro. Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Obrigado, Deputado Marcos Afonso. Seguindo a lista de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Luiz Fernando, do PPB do Amazonas. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO - Muito obrigado, Presidente.



O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – Questão de ordem, Presidente. Não seria possível agrupar os três inscritos numa única rodada, e as respostas serem agrupadas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Eu acho que, por uma questão de economicidade, possível é, a não ser que haja discordância, se alguém quiser fazer as inquirições isoladamente. Não havendo discordância, eu entendo que possa ser assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO - Está. Concordo, Sr. Presidente, até porque ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Só para esclarecer. De acordo com a proposta feita pelo Deputado Márcio Fortes, nós vamos fazer a chamada em conjunto dos três Deputados para fazerem as inquirições.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO – Eu concordo, até porque as perguntas do Sr. Relator e do colega que me antecedeu foram tão consubstanciadas, tão importantes, tão boas, que deixariam muito poucas perguntas para mim. Mas antes de fazer alguma pergunta, eu queria dar uma declaração pessoal. Eu fiz uma ... Tive oportunidade de fazer uma viagem à Amazônia com o Brigadeiro Gandra. Quero dar uma declaração pessoal, e que fique até registrada nesta Casa, do comportamento sempre muito reto, muito digno, de probidade, de comportamento de uma pessoa muito séria que é o Brigadeiro Gandra. Nos dá prazer, inclusive com a presença dele, de a gente saber que é uma pessoa que vem aqui para colocar, com seriedade, sem escamotear, sem tegiversar, mas colocar as suas respostas, até porque nada deve, até porque não cometeu nenhum ilícito e isso tenho certeza absoluta com relação a isso. Quando ele fala em questão de ingenuidade pelo comportamento de caserna, isso não o desmerece; muito pelo



contrário, o coloca numa situação até privilegiada, como também o nosso Relator, por ser médico, e pelo meu comportamento, na minha formação, como médico também, a gente tem facilidade de conviver com a ética, com respeito. O Projeto SIVAM, se formos alencar a importância dele e as atividades, não pararia nunca. Mas, ultimamente, é tão importante também porque para a Amazônia abre-se um novo filão de proteção através de certificado de seqüestro de carbono, que deverá ser o futuro, inclusive para a arrecadação financeira, através de bônus para a região amazônica – e proteção não só contemplativa daquela região, mas levando em conta a necessidade dela para o resto do mundo. Então que haja uma compensação financeira. E o SIVAM, também aí, nessa nova proposta, será tão importante quanto as outras anteriores, que nós não vamos ficar reprisando aqui. Mas o que me chamou a atenção... Uma das coisas que me chamou a atenção... Eu queria só pegar nessa mesma, é quando o senhor fala que — palavras do ex-Senador Gilberto Miranda — que o Senado queria acolhimento de alguns pleitos. O Senador teria falado isso com o senhor e teria se referido a cotas. Como não ficou muito claro para mim, quais seriam esses pleitos? Se eles seriam confessáveis ou não e que cotas seriam essas e de que maneira houve essa abordagem com o senhor, que eu repito ser uma pessoa extremamente séria? Eu queria... Como eu vou fazer somente essa pergunta, eu preferia que o senhor me respondesse, e a gente passaria a fazer as outras perguntas em bloco, junto com os demais Deputados.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA - Olha, é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Brigadeiro, por favor, nós tínhamos acordado que seriam feitas as perguntas na seqüência. Mas como tinha sido ajustado dessa maneira, nós vamos ter que seguir o que foi pactuado



anteriormente. Nesse termos, gostaria que o senhor aguardasse. Nós vamos fazer as perguntas...

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO – Então, eu queria saber o valor total do Projeto SIVAM, já que, em virtude da dispensa de licitação da Raytheon, o valor total do SIVAM... E que a gente não perdesse de vista que agora o Senado dos Estados Unidos também liberou 40 bilhões de dólares para iniciativa do Governo dos Estados Unidos, que era em caráter de emergência, e também o SIVAM, pelo meu entendimento amazônico também, é de caráter de emergência também. E não vejo nada demais num e noutro comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Vasconcelos, do PL de Minas Gerais. Tem a palavra V.Exa.

O SR. RONALDO VASCONCELOS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nosso convidado de hoje, assessoria, presentes, queria fazer três colocações rápidas, prezado Ministro Mauro Gandra. Porque, na verdade, eu fiquei aqui hoje um pouco não sei se chamaria de estupefato, porque eu sou ligado à questão do meio ambiente desde 1982, quando Vereador em Belo Horizonte. E debatemos mesmo como Deputado Estadual essa questão lá. Na verdade, a impressão que tínhamos, que V.Sa., que o senhor, que é na verdade o criador do Projeto SIVAM, se não o criador, pelo menos o mentor do Projeto SIVAM... Essas informações que nós tínhamos é através da mídia. E não é um valor pequeno, é um valor de 1 bilhão e 250 milhões aproximadamente, podendo ser ampliado um pouco mais. O senhor foi Ministro e depois o senhor foi Presidente da SNEA – Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias —, um cargo importante. Hoje o senhor é um cidadão muito bem informado e muito bem formado. Eu queria perguntar se o senhor, hoje, tem as informações do andamento atualizado do Projeto SIVAM; se o



senhor tem algum comentário a fazer, positivo, negativo. Está satisfeito de ter gestado ou participado desse projeto como ouvinte e como falante, como o senhor colocou? Eu queria perguntar para o nosso convidado se ele entendeu a pergunta.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Entendi, sim.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELOS – Entendeu?

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELOS – A segunda colocação é... Eu não quero nenhum caráter pessoal, nenhum caráter também constrangedor, mas eu tive oportunidade de assistir, por diversas vezes, e debater, mesmo não concordando com o mesmo, com um colega de farda de V.Sa., e também da mesma faixa etária, talvez um pouco mais, um pouco menos, eu não quero aqui ficar discutindo certidão de nascimento de ninguém, que o Brigadeiro Ivan Frota, que tem, me parece, uma posição bem diversa da de V.Sa. nesse Projeto SIVAM... Então, do ponto... não quero ponto de vista pessoal, não quero ponto de vista constrangedor., Do ponto de vista institucional, como duas pessoas com a mesma formação, da mesma faixa etária, servindo à Força Aérea Brasileira, têm essa visão tão distinta? A terceira questão. Eu sou de Belo Horizonte, moro em Belo Horizonte, faço política em Belo Horizonte, eu lembro que se conversava muito na época das repercussões, essas coisas todas do Projeto SIVAM, porque Belo Horizonte é onde mora o Comandante José Afonso Assumpção é onde mora o ex-Deputado Maurício Campos, que foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na época, ou qualquer coisa assim. E se ouvia falar muito, conversar muito, eu sei, essa pergunta é mais um comentário, se ouvia falar muito dessas coisas, mas que, na verdade, quando nós discutimos o assunto ficava mais presos às duas primeiras questões. Mas eu queria que depois o senhor comentasse, por gentileza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - É somente o Deputado Ronaldo Vasconcelos? Com a palavra do Deputado Márcio Fortes, do PSDB do Rio de Janeiro. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor convidado, Srs. Deputados, minha manifestação não inclui uma pergunta, Sr. Presidente, inclui um testemunho, que eu faço questão de deixar registrado não apenas nos Anais da presente sessão, mas no curso do trabalho de toda a CPI. Anteriormente ao meu primeiro mandato de Deputado, eu militei na construção civil, e a nossa empresa, a empresa da qual participava, construiu prédios e instalações para a Força Aérea no Projeto CINDACTA. Isso na década de 80. Tínhamos muito contacto inclusive com essa empresa, a ESCA, que era gerenciadora daquele projeto. À época, convivemos com o modo de trabalhar da Força Aérea, da sua Diretoria de Engenharia e, com bastante tranquilidade, o meu testemunho é dizer que ao longo de anos em que durou esse projeto — sete, oito anos de trabalho —, em nenhum momento se vislumbrou qualquer tipo de fuga à orientação técnica que tinha concebido o projeto. Quer dizer, não houve qualquer tipo de desvio de qualquer orientação que fosse exclusivamente contratual e técnica. Nada. Portanto, eu acho a manifestação inicial do Brigadeiro Gandra muito adequada, quando ele se disse eventualmente vítima da própria soberba, por se julgar infenso às suspeitas, com todo direito, viu Brigadeiro? Tenho absoluta certeza de que ainda que possa ter acontecido algum tipo de conduta menos formal em telefonemas que foram gravados e outras coisas, tais acontecimentos, se aconteceram e como aconteceram, não interferiram, absolutamente em nada, nas decisões de natureza técnica, militar, de segurança nacional e outras características que estivessem orientando o desenvolvimento do Projeto SIVAM. Mais ainda, tive pessoalmente, à



época, já era Parlamentar, algumas discussões quando o assunto aflorou até sobre a questão do sistema, da tecnologia adequada para o Projeto SIVAM. Poderia parecer, como a mim mesmo me parecia, que pudesse ter se desatualizado, dado o tempo decorrido da sua concepção e a sua efetiva contratação, já que àquela época já havia sistemas novos orientados por satélites, GPS e outras coisas que não existiam na concepção do projeto. Mas fui, à época, informalmente e até metodicamente, esclarecido de que o projeto continuava tecnicamente adequado e, portanto, mereceu não só o meu apoio mas a minha influência, no que me cabia fazer, para que o Projeto SIVAM pudesse deslanchar, como vem deslançando, dentro, rigorosamente, da orientação que a Força Aérea e sua Diretoria de Engenharia entenderam melhor. Tenho absoluta convicção, portanto, de que não há qualquer razão para que a soberba do Brigadeiro Gandra fosse desperdiçada. Ele tem todo o direito de fazê-la. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Obrigado, Deputado Márcio Fortes. Sr. Brigadeiro, o senhor tem o tempo necessário para responder às três posições colocadas pelos Deputados.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA - Vou começar, portanto, por ordem, respondendo ao ilustre Deputado Luiz Fernando. Muito obrigado pelas referências que foram feitas. Foi uma viagem muito importante. Eu até gostaria de fazer aqui uma menção. Na verdade, o SIVAM tem aquela história: quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Mas no caso do SIVAM, a galinha nasceu primeiro que o ovo. Porque nessa viagem, o senhor deve estar lembrado, nós inauguramos um dos radares do SIVAM. E por quê? Porque nós deslocamos um radar, que era da DACTA III, e que seria colocado ali no sítio próximo a Porto Seguro. Nós deslocamos para São Gabriel da Cachoeira, até porque havia ali aquele problema



de Colômbia, etc, e o problema de defesa aérea seria feito, como os técnicos dizem, no pé do radar. Normalmente o radar fica no sítio, tem uma comunicação e as pessoas vêm. Mas nesse caso específico, se houvesse, por exemplo, uma necessidade de verificar e fazer detecção de aviões intrusos, essa detecção seria feita ao pé do radar, porque não havia ainda a comunicação. Eu acho que vou explicitar melhor. Diria que não foi nada inconfessável o que o Senador Gilberto Miranda me disse, até porque eu me lembro que estávamos numa mesa, uma mesa grande, na sala do Embaixador Sardenberg, e tinha uns outros, não sei se Senador, mas me parece que um ou dois Deputados, nós estávamos bem na conversa, e falando das cotas, salvo melhor juízo, problema de cota no... Como é que se chama esse sistema da Amazônia de... esqueço o nome... SUDAM... Cotas de valores de tributo, se não me engano, o valor de tributo na SUDAM é menor, não sei, é. Então, ele falava isso. Alguns Deputados querem que se diminua, não sei, querem modificações das cotas. Um outro no Sul quer uma estrada. Mas não era nada inconfessável. E eu dizia para ele: mas Deputado, nós não podemos conversar nessa base, porque eu estou tratando do País como um todo, o senhor está tratando de Estados. Disse: mas é assim que as coisas acontecem. Então, eu fiz questão de contar isso, porque falou-se aqui de propina. Isso não era propina. Na verdade, o que sei é o seguinte: um Senador da República, ou um Deputado, ele pleiteia melhores recursos para o seu Estado. O que ele estava me dizendo, que eu entendi, é que a coisa estava difícil porque alguns Senadores queriam cotas mais, talvez, palatáveis na SUDAM e uma estrada não sei onde, no Sul. E eu dizia: mas eu estou falando do País como um todo, Senador. Assim não dá para conversar. Mas é assim que o senhor tem que conversar, porque é assim que as coisas são. Eu não sei se esclareci a sua pergunta, Deputado. Se quiser fazer uma réplica, por favor.



O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO - Não, não, esclareceu. Agora, ficou estranho. A colocação dele é extremamente estranha. O inconfessável que eu falei aí talvez seja condenável. Mas eu vi uma colocação meio estranha.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA - Tão estranha que eu disse: estamos falando de país e não de Estados.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO - É... Até essa mesma revista fala na sonegação de 300 milhões de reais de Imposto de Renda dessa mesma pessoa.

O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA – Agora, o valor total do projeto, que eu saiba, é de 1 bilhão, 395 milhões. E muitas vezes eu vi publicado aí um valor de 2 bilhões e 800. Mas isso, acredito eu, nunca fiz esse cálculo, eu acredito que, como esse financiamento tem carência de não sei quantos anos — oito anos —, juros de... Até são muito favoráveis. Se bem que agora os juros não são tão favoráveis, porque o juro agora está a 3%, mas naquela época era qualquer coisa como 6.5. Então, para época, em que os juros estavam aí 12, 13... Não sei se esse juro também é flexível, não sei. Acho que não. Acho que juro é juro mesmo. Então... Mas, na verdade, o valor do contrato, que eu sabia, era esse de 1 bilhão, 395 milhões, nos quais se inclui esse valor, que eu falei, de 250 milhões, porque uma parte, se não me engano, 110 ou 130 milhões, era de obras civis, e a outra parte era de administração. Essa parte toda, salvo melhor juízo, passou para a administração da ATEC, que é a atual fundação, que pegou o Fundo Tecnológico. Eu sempre dizia que a ESCA.. O capital dela chegava às 8 ou 9h da manhã e saía às 17h, porque o capital dela era o capital intelectual de seus membros, não é? Não sei se respondo a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO - Valores em dólar, não é?



O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA - Em dólar. Quanto à pergunta do Sr. Deputado Ronaldo Vasconcelos, eu lamento não ter sido o mentor e o criador do SIVAM, porque eu acho que foi uma idéia muito interessante. Entretanto, eu, embora possa ter tido problemas na minha que eu chamaria aqui de gravidez, eu ajudei a acolher um pouco esse projeto no período em que fui Ministro, com bastante dificuldade. E até hoje eu sou chamado para fazer algumas palestras sobre a Amazônia. Acho que isso me deu uma consciência muito grande do que representa a Amazônia para o Brasil. Eu não tenho dúvida de que o Projeto SIVAM é algo muito importante. Como eu não tenho dúvida, por exemplo, de que o Sistema DACTA , que foi concebido nos anos 70, é muito importante para o País. Eu já me perguntei: nesse episódio lamentável do dia 11 de setembro, se houvesse um Sistema DACTA na América... O nosso sistema é misto. Ele ao mesmo tempo que vê as aeronaves que são as aeronaves amigas, porque elas têm um sistema **transponder** que emite um sinal, que amplia, vamos dizer, a capacidade do radar em termos de distância, ela também vê os alvos não amigáveis. E na hora em que um alvo desse saísse do nosso sistema como amigável, que foi o que aconteceu lá, porque foram desligados os **transponders**, parece que teria ficado em **stand by** , ele teria sido monitorado como alvo não amigável. Sinceramente, ainda não tive resposta para essa pergunta. Mas os sistemas de defesa aérea americano são dissociados do sistema de controle de tráfego aéreo. Essa é uma das grandes virtude do nosso Sistema DACTA: defesa aérea e controle de tráfego aéreo. Eu, na verdade, talvez há dois meses que não tenho contato com a evolução do sistema. Mas eu sei que o sistema está indo bem. Ainda no dia 20 conversei com uma pessoa que... Parece que o Ministério da Aeronáutica está com alguma dificuldade de pagar as obras civis, por problema orçamentário, mas o que eu sei é que o projeto está indo bem, está com



implantação, vamos dizer, dentro do que é previsto, considerado aquele atraso talvez de dois anos, pelo próprio problema aí do episódio SIVAM. E uma das coisas que poderiam nos dar assim preocupação, que eram os aviões, eles não só estão voando ainda em fase que eles chamam de... Esses aviões não têm bem uma série. Geralmente, eles são protótipos mas serão a série, porque a série é de cinco aviões. E o avião propriamente dito já é um avião existente. Então, aproveito aqui para responder à segunda pergunta também. O senhor perguntou... Não, não. Ainda está dentro da atualidade. Ah, não, isso foi o Deputado Márcio Fortes, que falou sobre a atualização do SIVAM com o tempo e a evolução dos sistemas tecnológicos. Veja só. Eu tinha muita preocupação com o uso dos aviões Brasília nesse sistema, porque o Brasília é um avião turbo, ele precisava em alguns momentos decolar como um jatinho, auxiliar na ponta da asa. Era uma coisa complicada e, no entanto, ele evoluiu pro o EC-45, que é o avião usado aí pela Rio Sul, que chamam de Jet Class, e que deu outra dimensão aos aviões. Uma dimensão tão grande que levou o interesse de países como a Grécia e o México. Acho eu até com bastante desagrado dos Estados Unidos, porque os Estados Unidos, a pretensão deles era vender o UAP, que é aquele 707 que custa 500 milhões de dólares. Claro, que é o avião com muito maiores de recursos, mas esse nosso avião, ele faz às vezes, muito bem, de um alarme antecipado; portanto é uma evolução. Uma coisa que sempre ficou clara é que — e aí em termos de atualidade, Deputado Márcio Fortes — o sistema de radares está coordenado com o que eles chamam de **Future Air Navegation System**, que são esses sistemas de satélites, do GPS, que hoje é muito conhecido, mas que ainda não está com aquela credibilidade que os capacitaria a fazer descidas por instrumentos de grande precisão. Hoje, nós já temos descidas de precisão média; o americanos já tem várias vezes. Nós já temos alguns



procedimentos de descida dessa natureza, e há uma compatibilidade entre os dois sistemas. O GPS... E ficou já provado que o GPS, por mais que seja um sistema independente, do qual os aviões não dependeriam mais de equipamento de solo, eles nunca vão perder essa dependência dos equipamentos do solo, até como um **backup**, ou seja, uma segunda segurança, no caso, até mesmo de um problema de guerra, como aconteceu naquele episódio das Malvinas, até porque esse GPS é de propriedade do Governo americano. O Governo americano degradou um pouco o sinal. Agora, o Presidente Clinton, há cerca de um ano, melhorou a natureza dos sinais para dar mais confiabilidade principalmente nos procedimentos de descida. Mas imaginem os senhores que, numa crise como essa, nada impede que o Governo americano um dia tire do ar para o público em geral o seu sistema de satélites, a sua constelação GPS. Quanto ao problema do ... Então, essa é a situação que eu conheço do Projeto SIVAM. Eu acho que ele está indo bem. Eu tenho uma grande preocupação. Eu já manifestei aqui. O Projeto SIVAM é um projeto de inteligência. Ele só terá razão de ser, ou melhor, só terá objetividade se ele for acompanhado das ações em função das informações que forem passadas, seja para a Polícia Federal, que parece que está se preparando, porque fez também um sistema, até esse engraçado, comprado na França, em que a Polícia Federal, ao receber essas informações, ela terá como agir contra qualquer vôo ilegal na Amazônia, até porque todo ilícito na Amazônia envolve ou campo clandestino ou avião. Hoje em dia a gente já fica... Nós estamos com muita dificuldade de aprovar aquela lei de tiro de advertência e tiro de destruição para aviões civis. Tenho impressão de que agora... Eu não sei se vai ser mais fácil ou mais difícil, porque os aviões civis passaram a ser também armas de guerra, em que pobres passageiros passam a ser buchas de canhões. Literalmente. Mas, na verdade, se a Polícia



Federal, que me parece que está agindo, não agir objetivamente, se o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente não receberem as informações e não transformarem essas informações em ação, seja contra queimada, etc., se a FUNAI não pegar as informações e não tratar essas informações em termos de movimentos indígenas, se a própria Polícia Federal não interditar os aeródromos clandestinos, se o próprio IBAMA, como eu dizia, não verificar o problema dos garimpos também, que lançam detritos e coisas nos rios, não agirem, e se os Governos estaduais e municipais e os Ministérios — porque são dezesseis Ministérios que estão envolvidos no Projeto SIPAM, são dezenas de Municípios, talvez centenas, eu diria centenas... Então, talvez essa seja, realmente, Sr. Deputado, Sr. Presidente, Sr. Relator, algo que possa sair de um relatório em que uma situação do SIPAM possa ser informada pelos órgãos que constituem o SIPAM, porque o SIVAM, dentro um ano e meio, estará com seus aviões voando, com seus 26 radares funcionando, com os centros de informação recebendo informações e repassando — mas tem que repassar para alguém. Então, eu acho que esse sistema SIPAM deve estar sendo também conduzido **pari passu**. Eu acho que isso é muito importante. Quanto à pergunta do ilustre Deputado Ronaldo Vasconcellos sobre a posição do Brigadeiro Frota, eu não tenho nenhuma dificuldade de dizer que a posição do Brigadeiro Frota é equivocada. Nós somos companheiros desde o primeiro dia de caserna. O Brigadeiro Frota foi meu colega em Barbacena, 1949. Ele lá chegou já com o terceiro ano científico, depois ele pulou um ano. Eu faço questão de dizer isso, porque ele passou à minha frente, mas não fui eu que repeti um ano, foi ele que pulou um ano. Bom, o Brigadeiro Frota é um militar extremamente competente, é uma pessoa que sempre se dedicou à Força Aérea, mas o Brigadeiro Frota conhecia o projeto SIVAM, que era o DACTA IV, porque eu me lembro que ele sempre falou quando aqui esteve



num projeto SIVAM de 600 milhões de dólares e que não tinha todos esses adereços que foram colocados no projeto, tornando-o um projeto multidisciplinar. Mas eu não iria nem muito longe, porque bastaria fazer uma conta simples. No projeto SIVAM de que fala o Brigadeiro Frota não havia os aviões. São oito aviões. Só esses aviões têm um valor de 400 milhões de dólares, porque o avião propriamente custa da ordem de 17 ou 18 milhões, mas a eletrônica e os radares e os sensores levam o avião a custar 50 milhões de dólares, e são oito aviões. E, além disso, se não me engano, são três ou cinco aviões HF que foram comprados, porque esses equipamentos de solo precisam ser testados pelo nosso grupo de inspeção de vôo. Então, só para fazer uma conta rápida, aquele projeto de 600 milhões de dólares, que até também, se não me engano, foi defendido pela SBPC, ele não é o mesmo projeto SIVAM, ele é um sistema DACTA. E eu uma vez, numa palestra, eu fiz uma observação. A Ponte Rio—Niterói, ela custou 1 bilhão e 500 milhões de dólares. E eu perguntei à audiência — a audiência, engraçado, porque era um grupo desses cursos que a ESG faz, a Escola Superior de Guerra, um grupo de Niterói, portanto havia propriedade na pergunta —, mesmo sabendo o interesse que aquela ponte Rio—Niterói representava para aqueles presentes ali, se eles achavam preferível fazer a ponte Rio-Niterói, que ligaria apenas a cidade de Niterói à cidade do Rio de Janeiro, ou, se eles tivessem que decidir pelo projeto, se eles prefeririam o sistema SIVAM, que é o sistema de soberania da Amazônia e de soberania do País. E eu não tive dúvida, porque todos eles preferiram eu não digo destruir a ponte Rio—Niterói, mas, se pudessem retornar no passado e ao passado, prefeririam ficar com o sistema SIVAM. Portanto essa era a informação que eu tinha a dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Com a palavra o Deputado Marcos Afonso.



O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um depoimento de caráter pessoal e também partidário, porque o Ministro levantou uma questão que nós também achamos de muita importância. Para nós, uma CPI, ela é fundamental no processo investigativo, mas também ela deve ter uma ação pró-ativa. Uma CPI também, ela tem que ter proposições para resoluções, porque senão, como diz muito bem o Deputado Miro Teixeira, que é uma das mentes mais brilhantes desta Casa, a Câmara se tornaria uma simples delegacia, e não é de forma nenhuma nosso objetivo aqui. Eu quero destacar um fato novo que o Ministro Mauro Gandra trouxe agora em uma de suas respostas, que eu estava pensando inicialmente em puxar, tomar a iniciativa individual, mas eu aprendi na nova política e na contemporaneidade do novo milênio que somar é mais importante do que dividir. Eu tenho uma proposta concreta à Presidência e à Relatoria. O Ministro Mauro Gandra levantou a questão do SIPAM. Serei breve, Sr. Presidente. Quando eu estava numa comitiva, a convite do Comando Aeronáutica, visitando também o SIVAM, coincidentemente — e esse depoimento é importante, porque estamos em cadeia nacional e milhares de brasileiros estão agora nos acompanhando —, coincidentemente, quando estávamos visitando o SIPAM, havia uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Manaus. E muito justamente um cientista brasileiro questionava que tipo de acesso a sociedade brasileira, a inteligência brasileira, a ciência brasileira teria às informações colhidas pelo SIVAM. Isso causou um certo constrangimento inclusive a alguns dirigentes da Aeronáutica, um constrangimento justo, por uma questão muito simples, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados, porque o Governo Federal está sendo plenamente irresponsável quanto à instalação do SIPAM. O SIPAM é exatamente a participação da sociedade no SIVAM, é quando os Municípios, os Estados, o Estado



brasileiro, as universidades, as entidades não-governamentais poderão acessar o conjunto totalizante das informações adquiridas pelo SIVAM. E o Governo Federal não está tomando nenhuma iniciativa concreta para que, pelo menos, Sr. Presidente, Sr. Relator, o SIPAM possa ser instalado no mesmo nível de velocidade que o SIVAM vai ser agora concluído no ano que vem. Faço este depoimento porque eu quero sugerir agora, não quero mais tomar uma posição individual. Eu gostaria imensamente, e deixo como uma proposta para que esta CPI também assuma como sua — não minha, mas sua —, a proposição reivindicativa, contundente, de que o Governo Federal precisa tomar a sua responsabilidade sobre o SIPAM, sob pena de nós sobrecarregarmos o Comando da Aeronáutica a fazer o que nós chamamos de “meia-sola”, para que o SIPAM não fique totalmente desassistido e desabitado nessa questão. Então eu achei muito oportuna essa resposta que o senhor fez na parte final, porque me recordou dessa situação. Eu estou indignado com essa postura do Governo Federal, irresponsável, irresponsável. Inicialmente nós estávamos pensando em fazer uma audiência pública sobre isso, mas eu fui movido dessa idéia por conta da existência da CPI, e gostaria, Sr. Presidente, nobres pares, que os colegas aceitassem essa proposição, como já antecipando as resoluções que advirão, mas como nossa, da CPI, de cobrar veementemente do Governo Federal a sua responsabilidade nessa questão do SIPAM, Sr. Relator. Eu penso que aí nós estaremos contribuindo propositivamente no resultado futuro desta CPI. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Ilustre Deputado Marcos Afonso, certamente aqui reproduzindo o sentimento de todos os membros da CPI, em particular do Relator-Geral, nós tomaremos em conta essa veemente reclamação



de V.Exa., e o relatório final, com toda certeza, conterà nas suas recomendações essa posição assumida por V.Exa. neste momento, e que reflete o sentimento de toda a CPI.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Passo a palavra agora ao Deputado Ronaldo Vasconcellos. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS - Sr. Presidente, obrigado. Serei brevíssimo. Na mesma linha do Deputado Marcos Afonso, eu queria até fazer publicamente aqui um elogio público a uma das pessoas mais ilustres do Governo Federal — e quem fala é um Deputado do PL, que normalmente vota contra o Governo, embora tenha uma posição de independência —, que é o Comandante Baptista. Já estive com o Comandante Baptista em duas ou três oportunidades e fiquei impressionado com a sua capacidade de dirigir o Comando da Aeronáutica. Então eu queria, embora tenha feito a pergunta para o Ministro Gandra... Eu tenho certeza absoluta que o projeto SIVAM está sendo muito bem conduzido pelo Comandante Baptista e pela sua equipe. Mas queria aproveitar também uma fala do nosso convidado de hoje, Ministro Mauro Gandra, para dizer que nós devemos fazer um apelo — mas eu não queria esperar o relatório do Deputado Confúcio Moura — ao Ministro do Planejamento, Martus Tavares, e ao Ministro Pedro Malan, para que paguem os empreiteiros das obras civis do projeto SIVAM, que não são até motivo do trabalho desta CPI. Porque nós todos sabemos que um empreiteiro na Amazônia... Eu não sou parente, não conheço nem os empreiteiros que estão lá, não sei quem são, o nome deles, mas é a terceira autoridade que me diz que o Governo está devendo. Sr. Presidente, Deputado Jurandil Juarez, que conhece bem a questão empresarial, a (*ininteligível*) comercial, eu acho que nós devemos fazer



um trabalho aqui dentro daquilo que o Deputado Marcos Afonso falou, pró-ativo, porque senão o projeto SIVAM vai ser prejudicado, porque essas empresas que estão lá, não sei se uma, duas ou três, não sei o nome delas, não sou parente de diretor de nenhuma delas... mas quem trabalha tem que receber, e para pagar outras coisas o Martus Tavares e o Pedro Malan são craques, mas para pagar os empreiteiros pequenos das obras civis do projeto SIVAM eles estão criando dificuldades. É a terceira autoridade, com o respaldo de um Ministro, de Presidente da SNEA, de cidadão como o Mauro Gandra, que já me fala isso. Então eu queria fazer esse apelo a V.Exa., que é daquela região lá do Amapá, que conhece bem aquilo lá — o Deputado Confúcio Moura também —, para que nós façamos um apelo veemente ao Martus Tavares e ao Pedro Malan, para que coloquem em dia o pagamento das empreiteiras de obras civis do projeto SIVAM. Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO - Porque senão vai acabar indo para a CPI das Obras Inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Obrigado, Deputado Ronaldo Vasconcellos. Tendo esgotado a lista de inscrição, eu devolvo a palavra ao nosso palestrante de hoje, ao nosso depoente de hoje, para que ele faça suas considerações finais, mas incluindo aí, no privilégio de estar na Presidência, duas indagações que considero, embora fora especificamente do objeto da investigação desta CPI, que têm muito de contemporâneo, porque na verdade nós não vamos investigar exclusivamente a situação passada, nós vamos também... Eu acho que esse é um sentimento de ser uma relação pró-ativa. Eu colocaria dois pontos para reflexão do nosso palestrante de hoje. Um se refere à licitação pública aberta, em proposta de abertura pela Aeronáutica, para aquisição de aviões e equipamentos aeronáuticos diante da impossibilidade legal de adjudicar esse negócio para a nossa



EMBRAER, **vis-à-vis** o que aconteceu com o projeto SIVAM, que foi dispensado de licitação e adjudicado à Raytheon. E a outra seria uma consideração sobre o que acontece no Norte ainda hoje e que o projeto SIVAM não contempla, diante do que aconteceu no dia 11 de setembro nos Estados Unidos. Eu sou do Amapá, e o Amapá tem uma relação fronteiriça que o leva a ser limítrofe praticamente de toda a América, na medida em que se pode chegar ao Brasil através do Amapá vindo de qualquer ponto da América. Pois bem, Sr. Brigadeiro: embarca-se num avião no Amapá sem nenhum tipo de cuidado com a segurança pessoal de passageiro ou de avião. Lá não tem controle de armas, controle de detector de metais, enfim nenhum controle. E o aviões que saem do Amapá são aeronaves que circulam em todo o Brasil, são os Boeings 737, 747, 757, airbus. Eles saem do Amapá e chegam a qualquer ponto do Brasil, e saem sem nenhum tipo de controle. Quando você sai de Brasília ou sai de São Paulo, você passa por detector de metais, você passa por revistas pessoais, as bagagens são controladas. Lá no Amapá não. Eu queria dizer que, se alguém quiser cometer um atentado aqui em Brasília ou em qualquer parte do Brasil, ele pega um avião no Amapá e ele porta qualquer tipo de arma, qualquer tipo de explosivo, entra no avião e vai para onde ele bem entender. Queria colocar isso para reflexão de V.Sa., sobretudo diante desses fatos novos, que certamente, se não põem em cheque o SIVAM, porque tem um outro objetivo, certamente estão a exigir que a nossa inteligência pense uma maneira de nos proteger, e aí o Brasil como um todo, não o Brasil que tem interesse para o Estado, para o aparelho de Estado, aquela parte lá da Amazônia, que pelo que se vê não tem assim tanto interesse para o Governo, para os instrumentos de controle do Estado. Com isso eu também queria lhe pedir que o senhor fizesse as suas considerações finais.



O SR. MAURO JOSÉ MIRANDA GANDRA - Pois não, Sr. Deputado. Sr.

Presidente, eu agradeço, até porque é uma oportunidade que me dá de fazer algumas considerações sobre um assunto estranho à CPI, mas ao qual eu não me furtarei. Começando pelo problema do jato de combate, eu gostaria de dizer que, de certa forma, o problema SIVAM, ele criou uma síndrome. Eu mesmo vivi essa síndrome, e vou contar. Nós estávamos também querendo fazer a modernização das aeronaves F-5, que são aeronaves antigas, mas que já foram retrofitadas em termos de célula. Os motores, eles ainda são não produzidos, mas são recuperados; em suma, o avião que a gente chama de plataforma, ele é um avião muito importante ainda. E a Força Aérea, dentro até de uma filosofia de várias forças aéreas do mundo, ela queria modernizar e quer modernizar o F-5, e eu já cheguei no Ministério com essa responsabilidade. E eu me lembro que levei um pedido de dispensa de licitação para que o F-5 fosse modernizado. Por que dispensa de licitação? Porque, infelizmente, a nossa Lei 8.666, ela foi feita com outro objetivo, que era o objetivo de obras civis, e ela, na verdade, ela não contempla o financiamento, até porque havia aquela história de que o financiamento era uma maneira de burlar o valor final da obra etc., dando financiamento com benesses e tal. Só que uma modernização dessa natureza, ela não pode ser feita a não ser com financiamento externo. Então eu me lembro que levei o projeto para o Presidente Fernando Henrique, ele olhou e tal e disse: "Ah, eu vou colocar aqui, vou colocar, vou mandar para a minha assessoria, para ela examinar e tal." Eu percebi que o Presidente não estava querendo levar avante aquele projeto daquela maneira, com dispensa de licitação. Deixei passar uns vinte dias e pedi ao General Alberto Cardoso que ele recuperasse a exposição de motivos em que pedia... E aí voltamos ao nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento, determinando que se



fizesse uma outra exposição de motivos, com uma licitação internacional, para poder ser acolhida pela 8.666. Quando eu digo uma síndrome, eu digo porque hoje é difícil alguém fazer algo sem que haja uma licitação formal, para não ter mais ou menos o mesmo problema que teve no SIVAM. Houve um decreto posterior, em que agora o Ministro da Pasta pode decidir. Acho que já até fizeram isso novamente no problema do F-5, mas aqui também, no caso da EMBRAER, com a aeronave Mirage 2000 e os outros aviões que estão concorrendo, além desse problema que eu chamei de síndrome, há também um aspecto operacional. Eu confesso que, no momento, eu não estaria preparado para lhe dizer operacionalmente qual seria, vamos dizer, a dificuldade, por exemplo, de escolher um avião da Dassault em parceria com a EMBRAER em confrontação com um F-16 ou com um Trippen. Eu acho que de qualquer maneira, nessa análise, vai pesar o aspecto logístico e de certa forma até eu não diria soberania, porque hoje qualquer aeronave de tecnologia mais avançada depende de coisas de fora, como por exemplo o motor. O próprio Almirante Flores fez recentemente, se não me engano, há 3 dias, um artigo na **Gazeta Mercantil** em que ele contesta, não contesta, não, ele até elogia o artigo que foi feito pelo Presidente do PT, Deputado, não, Deputado, não, Sr. Lula, mas ele explica que essa soberania não seria alcançada na sua totalidade. Eu tenho certeza de que qualquer maneira esse problema de uma parceria de uma aeronave a ser feita aqui vai pesar no prato da balança. Eu não tenho dúvida. Então, não sei se respondi à sua pergunta. Agora, a outra questão: eu convivi com essa questão, quando houve aquele incidente de uma bomba colocada num avião da TAM, em que o avião tinha saído de São José dos Campos e que São José dos Campos não tinha aquele portal eletrônico. Nessa época, eu me lembro que eu fiz um artigo, em que eu estava baseado em outros artigos e outros estudos, mas principalmente nessa área de



segurança, em que a segurança que é dada a uma determinada instalação, a um determinado vôo, a um determinado transporte, ela tem que tem que estar diretamente proporcional à ameaça. E eu até comparava — veja só —, eu comparava São José dos Campos com Londres, sujeita às ameaças do IRA. Nessa época, não me lembrei de falar nessas outras ameaças de talibãs, etc., se é que são realmente os talibãs. Hoje, talvez esse argumento fique um pouco prejudicado. Mas eu posso lhe dizer o seguinte: os Estados Unidos da América, nos vôos domésticos, não tinham nenhuma fiscalização na entrada dos aviões. Os vôos domésticos não eram fiscalizados. Até porque é muito difícil fiscalizar 44 — 44 não, porque desses 44, talvez uns 6 mil a 7 mil sejam vôos internacionais —, mas 30 e tantos mil vôos por dia saindo de centenas de aeroportos. Eu me lembro que recentemente eu conversei com o Secretário da Organização Internacional de Aviação Civil, que me telefonou, e ele dizia que tinha havido uma recusa numa das assembléias lá e tal, dos Estados Unidos, de aprovar o projeto que para eles custaria 200 milhões de dólares, que seria exatamente esse projeto de segurança em todos os aeródromos e tal. Pelos menos esses aeródromos de maior monta dos Estados Unidos e que agora eles teriam que gastar talvez 40, 100 bilhões de dólares. Mas, afinal de contas, as bolas de cristal não são feitas para isso. Então, eu fico com dificuldade de responder à sua questão, porque, se por um lado, o grau de ameaça no Amapá, ele é muito menor do que o grau de ameaça, por exemplo, no aeroporto de Boston — sei lá, não me lembro qual foi a outra decolagem, acho que foi de Washington mesmo —, o senhor tem razão. Até um vôo internacional pode sair do Amapá num avião hoje, como por exemplo, o 737-700 ou 800, que tem um raio de ação muito grande, pode ir à América. Ele pode pousar, por exemplo, ali no meio do Caribe e vai embora, vai até para... O senhor tem razão. Agora, claro que nos pratos da



balança vai ter que sempre ser colocado esse aspecto de que a segurança não pode ser de tal monta dispendiosa que ela inviabilize o próprio processo, o próprio sistema. Então, eu acho que provavelmente, pelo menos por algum tempo, esse assunto de que segurança não tem preço vai prevalecer sobre o preço da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jurandil Juarez) - Eu agradeço, em nome da CPI do SIVAM, ao ilustre Desembargador Mauro Gandra — estou nomeando o senhor num cargo da atividade civil —, ao Brigadeiro Mauro Gandra pela excepcional contribuição que deu não só por ter vivido um momento histórico em que houve o problema que nós investigamos, mas sobretudo por ter o discernimento de ter depurado os fatos e nos colocado com muita isenção. Nós vimos isso, apesar de um momento de emoção que ele viveu, quando tratou da sua questão pessoal — e isso tem todas as suas razões —, mas nós saímos daqui com uma visão — acredito que falo isso interpretando o sentimento de todos os Deputados —, com uma visão muito correta dos fatos, do ponto de vista de quem administrava a Aeronáutica naquele momento. Estamos todos satisfeitos e agradecidos pela presença de V.Sa. E não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, convoco a reunião da CPI a realizar-se no dia 3 de outubro de 2001, às 14h, com pauta ainda a ser informada. Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.